

200ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro de 2010, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá - PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. Antonio Alfredo Matthiesen, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: Mário Marcondes Lobo Filho, Maurício Vítor de Souza, Ivany Marés da Costa, Ayrton Vidal Maron, Carlos Oliveira da Velha Filho, Carlos Alberto Silveira Calvo, Persio Souza de Assis, Edson Cesar Aguiar, Herber Soares de Freitas, Carlos Antonio Tortato, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio de Camargo Fayet, Ayrton Galinari, Blásio José Munchen, Cláudio Fernando Daudt, e Hário Mirzo Tieppo Junior; **Convidados:** Mario Stamm Junior - Secretário de Estado dos Transportes, Celso Gonçalo Dias Junior - SETR, Manoel Lacerda - SETR, Gilberto Larsen - SETR, Milton Podolak - DER, Neoroci Frizzo - Presidente da Ferroeste, Sérgio Luís Stinglin de Oliveira - Delegacia de Polícia Federal, João Roberto de Campos - Receita Federal - Comandante Sérgio Melo - CPPR, Alessandro Cruz - COAMO, Nilson Hanke de Camargo - FAEP - Augusto Almeida, Sidney Pinto - Cotriguaçu; **Justificativas de ausência:** Conselheiros: João Gilberto Cominese Freire, Michael Martins da Silva, Juarez Moraes e Silva, Zulfiro Antonio Bósio e Joaquim Medeiros Chianca Fernandes; **1 - ABERTURA DOS TRABALHOS** - O Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos. **2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 199ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho, que depois de recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; **3 - ORDEM DO DIA: 3.1 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MACROZONEAMENTO DA ÁREA DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ (Relatório 001/2010)** - Relatora da Comissão do PDZPO e de Arrendamentos - Conselheira Maria do Socorro de Oliveira informou que a Comissão reuniu-se por diversas vezes, com ampla participação da comunidade, para análise da proposta da APPA. Em seguida fez a leitura e exposição do Relatório nº. 001/2010, de 04 de novembro de 2010, que teve como objeto a apreciação da Proposta de Planta do Macro Zoneamento da Área do Porto Organizado de Paranaguá e que, resumidamente, recomenda ao Colegiado: a) A APROVAÇÃO da proposta de Planta do Macro Zoneamento da Área do Porto Organizado de Paranaguá, que configura as áreas de expansão do sistema portuário de Paranaguá, para posteriores estudos de atualização do PDZPO. A futura destinação e ocupação estratégica do solo portuário como áreas primária, secundária e terciária e os espaços destinados aos grupos de cargas, a reorganização do "layout", a expansão das áreas de cais e das vias de acesso aos Portos objeto do PDZPO serão submetidas a ulteriores estudos específicos e posterior apreciação do CAP. O Presidente, colocou a proposta em votação, sendo que o Colegiado aprovou por unanimidade o Relatório 001/2010, da Comissão do PDZPO. Desta forma resultará em Resolução deste CAP. **4 - INFORMAÇÕES GERAIS: 4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A "OPERAÇÃO COLÔNIA" DA POLÍCIA FEDERAL, QUE TEM COMO OBJETO A INVESTIGAÇÃO SOBRE DESVIOS DE CARGA EM PARANAGUÁ E EM OUTRAS CIDADES E ESTADOS** - Representante da Delegacia da Polícia Federal em Paranaguá - Delegado Sérgio Luís Stinglin de Oliveira disse que prestaria somente alguns esclarecimentos, tendo em vista tratar-se de assunto sigiloso cujas investigações ainda estão em andamento. As operações tiveram início aproximadamente há um ano, face algumas denúncias ocorridas, com a identificação de aproximadamente seis quadrilhas e a prisão de aproximadamente oitenta pessoas, com atuação em Paranaguá em outras regiões e até em outros Estados. As investigações inicialmente tinham como objetivo as operações com fertilizantes, mas com o aprofundamento das investigações, constatou-se que o desvio ocorria também com a soja, farelo de soja, açúcar, óleo e diversas outras cargas. Na questão dos fertilizantes os desvios ocorriam no trajeto do porto até o terminal e também deste até o consumidor final. Com relação ao desvio de grãos, açúcar e óleo, cada empresa tinha um procedimento diferente, mas via de regra, a fraude ocorria quando a mercadoria chegava para exportação e contava com a participação de funcionários das empresas, situação muitas vezes

não concretizada tendo em vista a entrada dos caminhões através do pátio da APPA, fator que dificultava o desvio. Informou que a operação resultou na instauração de seis inquéritos com cento e vinte mandatos de prisão, e em torno de noventa mandatos de busca e apreensão, duas ou três ações penais. Os inquéritos já concluídos foram disponibilizados para a Justiça e para o Ministério Público e já encaminhados ao Cartório da Primeira Vara Criminal. **Cons. Airton Galinari** parabenizou a Polícia Federal e Receita Federal pelas ações tomadas com relação a Paranaguá, ouvindo os usuários, procurando conhecer as operações portuárias, resultando na emissão de Portarias que estão sendo aperfeiçoadas, tendo uma efetividade comprovada desde o estabelecimento dos alfandegamentos nos terminais e procurando conhecer as empresas que atuam com idoneidade em Paranaguá, que seguramente são a maioria. **Cons. Claudio** disse que a empresa que representa foi atingida por essas quadrilhas e que as fraudes foram inteligentemente montadas o que dificultou a identificação das mesmas. **Cons. Mauricio** indagou ao representante da Polícia Federal, quais funcionários públicos estavam envolvidos nesses procedimentos irregulares, o que foi respondido pelo Sr. Sergio Luiz que eram servidores administrativos da Receita Estadual e da Secretaria de Segurança Pública. O **Presidente** agradeceu ao Dr. Sergio Luiz pelas informações trazidas ao Conselho e parabenizou pelas providências tomadas através da Delegacia de Polícia Federal. **4.2 - INFORMAÇÕES SOBRE OS CASOS DE DESVIOS DE CARGA E DIFERENÇAS DE PESOS DE CARGAS EM PARANAGUÁ** - Representante da Alfândega da Receita Federal do Brasil - Sr. João Roberto Campos inicialmente, destacou a importância do Corredor de Exportação da APPA, tanto pela sua capacidade física como pela sua capacidade funcional. Na situação atual, por ter um compartilhamento de várias empresas em uma operação única, causa alguns problemas detectados e que a Receita Federal tem dificuldade de identificar qual dos terminais do condomínio eventualmente embarcou a menos. A Receita tem a determinação, com previsão legal, de que a apuração da quantidade da mercadoria efetivamente exportada é feita pela pesquisa de "draft", através da arqueação do navio. Quando chega a Declaração de Exportação, normalmente feita pela balança de cada terminal e quando há diferença, o setor de embarque aduaneiro obriga que seja feito pelo draft. Decorrente disso, surge algumas demandas judiciais que vinham complicando o trabalho da Receita e era um indicativo de que a Receita Federal tinha que se envolver um pouco antes do ponto de embarque no Corredor de Exportação. Desenvolveu-se um projeto grande que resultou em uma Portaria que regulamenta vários aspectos desse embarque compartilhado, preservando no máximo a agilidade que do Corredor, com o mínimo de impacto possível. É uma Portaria extensa, construída em conjunto com os terminais e que trata de vários detalhes, entre eles o da entrada de mercadorias nesses terminais. São mudanças procedimentais bem recebidas pela comunidade e com a implantação de alguns equipamentos que provavelmente dificultarão ocorrências como essa que deu motivo a operação da Polícia Federal. Entre as exigências da Portaria, está a construção de balanças próximas ao costado e a colocação de câmeras nas esteiras, o que acaba com a possibilidade de haver desvio nesses pontos de embarque. Na situação atual, pela própria estrutura do Corredor de Exportação, é impossível a Receita Federal identificar as fraudes e se há algum grupo criminoso agindo dentro de cada empresa. **Cons. Fayet** agradeceu as informações prestadas tanto pela Delegacia de Polícia Federal como pela Receita Federal e indagou a Superintendência da APPA qual é a perspectiva e a demanda de apoio do CAP para a implantação das medidas recomendadas pela Receita Federal, até porque existe a preocupação de que o Porto de Paranaguá não seja enquadrado entre os portos não seguros, que é uma consequência muito grave. **Cons. Mário** informou que os procedimentos para aquisição dos equipamentos já estão em fase final, esperando apenas a autorização governamental. Quanto às balanças de fluxos é uma situação mais complicada porque depende de uma readequação do Corredor de Exportação, e já estão sendo providenciadas medidas para tal. Indagou ao representante da Receita Federal se as medidas paliativas adotadas pela APPA haviam surtido o efeito desejado. O Sr. João Roberto respondeu que o problema é que as balanças dinâmicas de fluxo não têm a certificação do IMETRO, o que é um entrave para a



questão, no momento dos Mandatos de Segurança. **Cons. Ayrton Gallinari** disse que deverá se dar um crédito a atuação da Receita Federal com relação as novas exigências para o alfandegamento, tendo em vista a metodologia que o porto está adquirindo, juntamente com o auxílio de um projeto de análise em geral que está sendo contratado pelos terminais, para doação a APPA. **Cons. Mário Lobo** disse que as informações prestadas por ambos os representantes tanto da Receita Federal como da Polícia Federal, foram esclarecedoras e parabenizou por uma operação tão bem sucedida. Acredita ser fundamental uma maior integração entre as forças de segurança e a área de segurança deveria interagir mais com Polícia Federal. Registrou o mérito da Portaria da Receita Federal, o esforço e o empenho de todos que muito contribuiu para não colocar em cheque o desempenho do Corredor de Exportação, destacando também o trabalho do pessoal da área operacional que de certa forma colaborou com o sucesso da operação. O **Presidente** agradeceu ao Sr. João Roberto pelas informações trazidas ao Conselho e parabenizou pelas providências tomadas através da Alfândega de Paranaguá. **4.3 - INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ - Representante Titular do Governo do Estado - Conselheiro Mário Marcondes Lobo Filho** relatou que a partir do embargo em junho, tinha-se um prazo de 30 dias para fazer o TAC e o mesmo tinha uma cláusula que incluía que as licenças de dragagem somente seriam liberadas junto com a licença de operação e, mesmo sabendo o grande problema que esta cláusula criaria, não tinha como não aceitá-la, face o momento de fragilidade que estávamos atravessando. O porto de Paranaguá não tinha um PEI - Plano de Emergência Individual, o que deixava os técnicos do IBAMA extremamente preocupados, tendo em vista ser uma responsabilidade muito grande para eles. O TAC estipulava um prazo muito exíguo para entregar o mesmo, grande desafio, mas os prazos foram cumpridos, com grande apoio da Alpina Briggs, que com muita especialidade prestou o auxílio necessário para entregar o Plano de Controle Ambiental e o Relatório de Controle Ambiental e anteriormente a isso, a Consultoria entregou o Plano de Dragagem. Com relação à dragagem de aprofundamento, a empresa de Consultoria Aquaplan está fazendo o EIA-RIMA, e pelo prazo estabelecido pela SEP, o licenciamento deverá ser entregue até final do ano, mas tendo em vista que o Termo de Compromisso foi prorrogado, isso dá condição de salvar os recursos. A última etapa do TAC é a exigência de um Planejamento Estratégico Ambiental, que depende de um Termo de Referência expedido pelo IBAMA, inclusive solicitou ao Núcleo de Planejamento Estratégico interagir com o Núcleo Ambiental, procurando saber quando esse Termo será entregue pelo IBAMA, de modo a se antecipar para evitar problemas futuros. Disse estar priorizando a dragagem de berços e agradeceu o apoio que tem recebido da Marinha do Brasil e em especial ao Comandante Rios, que encaminhou uma correspondência a APPA manifestando sua preocupação e os riscos que caracterizam esta questão, que entregue ao IBAMA, ainda foi considerada insuficiente. Portanto, as obrigações foram cumpridas pela APPA e o estágio atual desta questão é que o procedimento está no Jurídico do IBAMA que irá caracterizar se é emergencial ou não. Outra saída que vê é que seja dada autorização ambiental e aditivado o TAC, dizendo que o Plano de Dragagem pode ser apreciado, liberando assim tanto a dragagem de berços como a de canais. **Comandante Melo** informou que a Capitania dos Portos está encaminhando uma outra correspondência para ser repassada ao IBAMA, manifestando sua inquietação com a situação, principalmente com relação aos berços do Corredor de Exportação e de Fertilizantes e a preocupação com a consequência de um desastre que poderia vir a acontecer com um encalhe, porque além de gerar o risco ambiental há também o econômico. Prontificou-se a se somar à comunidade, inclusive numa possível comitiva junto ao IBAMA. **Cons. Fayet** observou que, lastimavelmente, a administração atual recebeu uma herança maldita e, por se tratar de um fato notadamente emergencial, propôs uma manifestação das entidades, endossada pelo Conselho, justificando a emergência, comprometendo-se, através dos órgãos que representa, fazer um esforço no sentido de auxiliar nesta questão. **Cons. Mário** concordou com o **Cons. Fayet** e propôs, além do encaminhamento dessa correspondência, o deslocamento, na próxima semana, de uma caravana composta por diversos representantes das entidades, para gestionar essa

questão junto ao IBAMA. Informou que após uma reunião muito difícil com o Ministro Pedro Brito, face à muitas cobranças que não tinham como ser resolvidas naquele momento, esteve em outra reunião com o Sr. Fernando Vitor, da SEP, na qual foi informado de que o volume de recurso do PAC II é gigantesco e que estão contentes com o desempenho financeiro do Porto de Paranaguá, havendo real intenção de contemplar Paranaguá nesse Projeto. Informou que foi entregue há alguns meses na SEP uma relação de obras e de lá saíram algumas prioridades. A primeira foi a de repotencializar o Corredor de Exportação, no qual encontraram algumas dificuldades porque a SEP não tem investido em equipamentos. Outra idéia sugerida e que considera a mais interessante foi a construção, com recursos da União, de uma espécie de um "T" na frente do Corredor, que com isso se ganharia quatro berços. Um projeto que não empolgou muito foi a construção do quarto berço do TCP e um terminal de passageiro. Outra idéia que entusiasmou bastante é a construção de novos Silos Horizontais maiores no Corredor de Exportação porque os armazéns existentes atuais são muito antigos. Por último, a construção de mais dois berços no Terminal de Inflamáveis, que seria um prolongamento do cais acostável, também foi um projeto muito bem aceito. Disse considerar importante fazer o Plano Estratégico, porque dará uma idéia central e contemplará todos os setores envolvidos. Com o macro zoneamento, hoje aprovado, os projetos irão se ajustando e a partir daí é só crescer. Comunicou que a próxima reunião da ABEPH se dará no próximo dia 03 de dezembro próximo, sugerindo a programação de algum evento, conjunto com o CAP. 5 – **EXPEDIENTE: 5.1 - Relatório Operacional da APPA; 5.2 - Relatório de Atividades do OGMO; 5.3 - Correspondências Expedidas e Recebidas;** O Presidente informou do encaminhamento dos relatórios e da relação de correspondências do CAP, passando ao próximo item; 6 – **ASSUNTOS GERAIS:** O Secretário de Estado dos Transportes do Estado Paraná – Sr. Mário Stamm Júnior cumprimentou os presentes, se disse honrado em participar da reunião do Conselho, onde vivenciou muitas questões e agora, na condição de Secretário de Estado, está vindo apresentar este conceito do sistema rodoviário "Interportos", uma idéia em nível macro que agora se materializa como projeto. Agradeceu as equipes técnicas do porto, do DER e da Secretaria dos Transportes, que contribuíram na concepção do projeto. É um projeto rodoviário complexo, que envolverá muitas variáveis e ações até se tornar passível de ser iniciado como obra. Ressaltou as dificuldades em termo de meio ambiente e soluções de engenharia, que precisam ser adotadas e compatibilizadas para se criar condições de desenvolvimento para toda a estrutura portuária. O projeto prevê uma ação de desenvolvimento de engenharia moderna, que contempla toda a questão ambiental e que dotaria a região com novas vias de acesso com padrão de primeiro mundo e com função de ligar os portos entre si. O projeto prevê a existência de quatro pólos portuários fortes: Paranaguá, Pontal, Antonina e Emboguaçú. Diante disso, a primeira parte do projeto é a construção de uma nova rodovia que sai de Pontal do Sul e vai até o futuro porto do Emboguaçú. Daí, via BR 277, vai até o porto de Antonina e, futuramente, sairá, através de uma nova rodovia, na BR 116 sentido São Paulo. No sentido de Guaratuba, o projeto é para construção de um novo acesso e uma ponte sobre a baía, que interligará com a PR 412 até a divisa com Santa Catarina. Estes novos trechos prevêem interligações e ramificações com as vias existentes. Saliu que a nova estrutura viária colocará as infraestruturas portuárias numa condição privilegiada, com uma base logística eficiente através de conexão por mar e por terra. É um projeto grande que certamente passará de 150 km de novas rodovias. **Cons. Mário Lobo** cumprimentou o Sr. Mathiesen por presidir a 200ª Reunião do Conselho, o que considera muito importante e histórico. Disse que o CAP tem cumprido sua função desde a edição da Lei 8.630, sendo um fórum de discussão e debates que só contribui para o desenvolvimento dos portos do Paraná. Sobre a apresentação do Sr. Mario Stamm, disse se tratar de um projeto muito bonito e muito bem elaborado. Embora existam problemas emergenciais, é importante que se pense no Paraná em longo prazo e é paradoxal que justamente pessoas com um governo tão curto pensem e tenham essa iniciativa, o que é motivo de orgulho e um desafio de sua gestão. Citou como exemplo, no Porto de Paranaguá, o Plano Estratégico, o projeto da dragagem de berços e o alfandegamento dos terminais, que não são projetos para sua gestão, mas sim para Paranaguá e para o Estado do

Paraná. O importante é que se tenha projetos ou pelo menos estudos de viabilidade que precedem os mesmos, é o primeiro passo e como toda caminhada começa com o primeiro passo, alguém tem que fazer. Sobre a transferência de recursos, esclareceu que o Governador Orlando Pessuti externou seu entendimento de forma transparente e oficialmente encaminhou a solicitação a quem de direito, que é o Ministro Secretário Especial de Portos, que respondeu que dentro da atual conformação da legislação de portos não se viabiliza. No entanto, diante do precedente dos investimentos feitos pelo porto na pavimentação das suas vias de acesso que estavam inacessíveis, colocou que não vê problemas, o que coincide com sua opinião e, como é para investimentos no sistema viário, o que é muito importante para o Porto, pode ser justificado. O **Presidente** registrou sua satisfação em presidir o CAP de Paranaguá, que é considerado um dos mais importantes do país, o que para ele é a consagração de sua carreira profissional. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos encerrou a 200ª. Reunião Ordinária, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi _____, lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

Conselheiros:

Antonio Alfredo Matthiesen _____

Mário Marcondes Lobo Filho _____

Maurício Vitor de Souza _____

Ivany Marés da Costa _____

Airton Vidal Maron _____

Carlos de Oliveira da Velha Filho _____

Carlos Alberto Silveira Calvo _____

Pérsio Souza de Assis _____

Edson Cesar Aguiar _____

Herber Soares de Freitas _____

Antonio Carlos Tortato _____

Wilson Moraes da Silva _____

Maria do Socorro de Oliveira _____

Ismael Alves Pires Neto _____

Luiz Antonio de Camargo Fayet _____

Airton Galinari _____

Blásio José Munchen _____

Cláudio Fernando Daudt _____

Hário Mirzo Tieppo Junior _____

Convidados:

Mario Stamm Junior - SETR

Celso Gonçalo Dias Junior - SETR



Av. Ayrton Senna da Silva, 161
Cep: 83.203-800 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: capppgua@pr.gov.br

Manoel Lacerda - SETR

Gilberto Larsen - SETR

Milton Podolak - DER

Sérgio Luís Stinglin de Oliveira - Delegacia da Polícia Federal

João Roberto de Campos - Alfândega da Receita Federal

Comandante Sérgio Melo - CPPR

Alessandro Cruz - COAMO

Nilson Hanke de Camargo - FAEP

Neoroci Frizzo - Presidente da Ferroeste,